

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PEDRO HENRIQUE DOURADO LINS DO RÊGO

A INSERÇÃO ECONÔMICA DE PERNAMBUCO NO CENÁRIO
INTERNACIONAL:

Análise da estrutura econômica e projeção entre 2001 e 2017

RECIFE

2018

PEDRO HENRIQUE DOURADO LINS DO RÊGO

A INSERÇÃO ECONÔMICA DE PERNAMBUCO NO CENÁRIO
INTERNACIONAL:

Análise da estrutura econômica e projeção entre 2001 e 2017

Projeto apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

ORIENTADOR: Prof. Msc. Bianor Teodósio

RECIFE

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

R343i Rêgo, Pedro Henrique Dourado Lins do.
A inserção econômica de Pernambuco no cenário internacional:
análise da estrutura economia e projeção entre 2001 e 2017 / Pedro
Henrique Dourado Lins do Rêgo. – Recife, 2018.
33 f.

Orientador: Prof. Ms. Bianor da Silva Teodósio Neto.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Pernambuco. 3. Comércio exterior.
4. Inserção internacional. 5. Investimentos. I. Teodósio Neto, Bianor
da Silva. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

339.9(813.4) CDU (22. ed.)

FADIC (2019-206)

PEDRO HENRIQUE DOURADO LINS DO RÊGO

A INSERÇÃO ECONÔMICA DE PERNAMBUCO NO CENÁRIO
INTERNACIONAL:

Análise da estrutura econômica e projeção entre 2001 e 2017

Monografia apresentada à
Faculdade Damas da Instrução
Cristã - FADIC, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Orientador Bianor Teodósio

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Examinador 1

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Examinador 2

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

DEDICATÓRIA

A minha mãe que me patrocinou toda a jornada, aos que me encorajaram e acreditaram em mim e no meu potencial. Também dedico aos meus amigos-irmãos, pois já cantou Fundo de Quintal: "...lágrimas na vitória, sempre na derrota ou glória..". Obrigado aos que se mantiveram ao meu lado

AGRADECIMENTOS

A todos que incentivaram-me a seguir até o fim, pois a jornada não é curta, nem mesmo fácil, mas com boas companhias ela fica mais leve.

RESUMO

Pernambuco é um Estado que tem uma atividade comercial internacional desde o seu princípio, pois a colonização na região foi baseada no extrativismo do Pau-Brasil e plantio de cana para produção de açúcar voltado ao mercado europeu. Como ente federativo, acompanhou as oscilações da economia nacional, navegando à mercê das políticas econômicas nacionais. As décadas do nacional desenvolvimentismo foram de benefício fundamental para o Estado, pois as dinâmicas da época foram responsáveis pelo fomento de alguns dos polos industriais ainda existentes e que propiciaram uma maior inserção internacional à Pernambuco. As políticas de atração de investimentos do Estado também surtem efeito em relação a atração de novos empreendimentos para o local, principalmente de empresas multinacionais, embora também tenha deficiências em relação aos negócios internacionais, os responsáveis pelo direcionamento das políticas econômicas estaduais negociam para um desfecho positivo para o Estado.

Palavras-chave: Pernambuco. Comércio Exterior. Inserção internacional. Investimentos.

ABSTRACT

Pernambuco is a state that has had an international commercial activity since its inception, because the colonization of the state was based on the extraction of Pau-Brazil and sugarcane plantation for the production of sugar for the European market. As a federative entity, it accompanied the oscillations of the national economy, sailing at the mercy of national economic policies. The decades of national developmentalism were of fundamental benefit to the state, because the dynamics of the time were responsible for the promotion of some of the industrial poles still existing and that allowed a greater international insertion to Pernambuco. The state's investment attraction policies also have an effect on attracting new enterprises to the state, especially from multinational corporations, but the state also has deficiencies in relation to international business, but those responsible for directing state economic policies negotiate for a positive outcome for the state.

Keywords: Pernambuco. Foreign Trade. International insertion. Investments

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ranking de Movimentação dos Portos Organizados

Figura 2 – Representação da Movimentação

Figura 3 – Saldo da Balança Comercial de Pernambuco - 2017

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produtos de Exportação de Pernambuco – 2001-2002.....	8
Tabela 2 – Produtos de Importação de Pernambuco – 2001-2002.....	9
Tabela 3 – Investimentos estrangeiros no Brasil 1980-1985.....	15
Tabela 4 – Relação e crescimento entre importações e exportações de PE – 2002-2012.....	22

Sumário

DEDICATÓRIA	IV
AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO	VI
ABSTRACT.....	VII
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	VIII
LISTA DE TABELAS.....	IX
1. Introdução	1
2. A construção histórica da internacionalização e da estrutura exportadora de Pernambuco .	2
2.1. Introdução.	2
2.2. Formação da estrutura produtiva de Pernambuco.	3
2.3. A dinâmica e interligação da economia nacional, regional e local.	5
2.4. Inferências sobre a estruturação econômica do Estado	12
3. A modernização do comércio exterior no estado de Pernambuco e os novos negócios internacionais	13
3.1. Contexto geral	13
3.2. Potencialidades infraestruturais do Estado.....	15
3.3. A pauta exportadora e o Investimento Direto Estrangeiro em Pernambuco	19
4. A internacionalização do Comércio no Estado	22
4.1. Pernambuco e o fluxo de investimentos.....	23
4.2. Principais polos do Estado	25
4.2.1. Complexo Industrial-Portuário de Suape	25
4.2.2. Complexo Industrial de Goiana.....	26
4.2.3. Vale do São Francisco.....	27
4.2.4. Belo Jardim	28
5. Conclusão.....	29
6. Metodologia	30
7. Referências Bibliográficas	31

1. Introdução

Pernambuco sempre possuiu um papel de destaque no que diz respeito à inserção internacional dos estados brasileiros. Esta inserção é construída desde o período do Brasil Colônia, com a notável produção açucareira do estado que auxiliou na consolidação do mesmo durante os diversos ciclos econômicos vividos pelo Brasil e pelo mundo.

O povo Pernambucano leva consigo um espírito empreendedor no sentido mais amplo da palavra, seja no pioneirismo político de Bernardo Vieira de Melo e a república, nas causas sociais de Joaquim Nabuco em prol do abolicionismo e claro que também na área econômica com o exemplo de Antonio Gonçalves da Cruz, conhecido como Cruz Cabugá, que se destacou como comerciante. Esses exemplos são vistos na história do estado e fazem o povo almejar ir além da situação que se encontram.

Com o passar do tempo, a dinamização dos processos econômicos e os constantes avanços tecnológicos exigem uma liquidez dos mercados e uma maior capacidade de se adaptar as novas formas de gerar riqueza, além de produtos e serviços de maior qualidade e alto valor agregado.

Diante desse cenário econômico que algumas administrações do governo buscaram firmar parcerias com a iniciativa privada para buscar a modernização da economia Pernambucana, atraindo diversos empreendimentos internacionais e ampliando o IED no estado e abrindo vagas de emprego ao longo de todo seu território, rompendo com a concentração de negócios na capital e auxiliando no freio do inchaço urbano da mesma devido ao êxodo rural em busca de oportunidades de melhora de vida.

O enorme fluxo de investimentos para o estado, nas últimas duas décadas principalmente, o fizeram ser chamado por alguns de “Capital do Nordeste”, já que as taxas de crescimento atingidas por Pernambuco destoavam das taxas regionais e também se destacaram a nível nacional. Sendo assim, Pernambuco passou a chamar atenção de empresas internacionais como a Fiat Chrysler, Fincantieri, Amcor e outras, que passaram a se instalar pelo estado, de acordo com uma política de isenção fiscal diferenciada para não concentrar as atividades, renda e empregos em uma zona do estado.

2. A construção histórica da internacionalização e da estrutura exportadora de Pernambuco

2.1. Introdução.

A internacionalização pode ter um entendimento muito amplo enquanto parece ser simples: tornar alguma coisa ou alguém conhecido em outros países. O que muitas vezes não se leva em consideração é o processo complexo de partida do ponto A – a criação do produto ou da fama de alguém – até o ponto B – de consolidar o reconhecimento do produto ou da pessoa em outro país.

Acontece que muitas vezes para entender melhor sobre internacionalização é preciso analisar o fenômeno da globalização, que perpassa pela integração econômica dos mercados. As economias internacionais estão cada vez mais conectadas umas com as outras, aumentando cada vez mais o fluxo de negociações, informações e pessoas entre os países.

Krugman (2011) coloca que a globalização econômica proporcionou mudanças nos aspectos sociais, políticos e principalmente no aspecto econômico dos países, sendo consequências de ações nacionais e internacionais, gerando movimentos comuns de integração às dinâmicas comerciais internacionais integrando os países mais profundamente, não necessariamente de forma voluntária, dado o fato que mudanças que em teoria afetam apenas o contexto interno de um país, acabam tendo repercussão por todo o globo.

O aumento de taxas de juros é um exemplo concreto dessa dinâmica interdependente do mundo: quando os Estados Unidos – ou qualquer outra potência - anunciam um aumento da taxa de juros, é um movimento quase que natural realizado pelos países em desenvolvimento de aumentar as taxas ainda mais, para assim, manter a atratividade para os investidores internacionais.

Esse tipo de evento pode ser entendido como sendo efeito da interdependência, em que os eventos de natureza micro geram movimentos consequentes nas esferas macro, e a repercussão desses eventos acabam ganhando uma dimensão mais intensificada.

Tendo como base que a globalização é o principal mecanismo facilitador da internacionalização, já que agora os transportes, informações, transferências em geral estão mais acessíveis à um número cada vez maior de atores que decidem inserir-se nesse cenário mundial, devidos as barreiras se tornarem sucessivamente menores conforme as trocas (mercadorias, informações e etc.) vão se simplificando, são destacáveis a participação e os efeitos gerados por atores subnacionais no cenário mundial.

Se tratando de um Estado, o processo de internacionalização pode ser ainda mais complexo, passando pela criação da reputação de um Estado e seu povo, proporção da segurança em seus mais diversos aspectos, disseminação da cultura local, difusão e alcance dos seus empreendimentos e etc.

No âmbito dos negócios internacionais, foco da análise deste trabalho, Coutinho e Krugman (2005; 2011) colocam que o comércio internacional é consequência das diferentes disponibilidades de produtos, recursos e serviços dos países, o que centraliza certas atividades em regiões específicas, e o comércio exterior é a solução encontrada por eles, para suprir as demandas locais de produtos ou serviços não disponíveis em seus respectivos territórios.

A seguir pretende-se analisar o ponto de partida de onde as administrações Jarbas e Eduardo Campos investiram para consolidar Pernambuco com constantes crescimentos acima dos níveis nacionais e regionais, se tornando a locomotiva do desenvolvimento nordestino e um grande polo atrativo de investimentos, nacionais e internacionais.

2.2. Formação da estrutura produtiva de Pernambuco.

Em se tratando do estado de Pernambuco, é um estado que sempre esteve voltado ao cenário internacional, partindo do ponto de vista que desde o princípio de sua história era inserido no comércio internacional, ocupando espaço de destaque na produção açucareira desde sua “fundação” e inovando sua economia, apoiado ao espírito empreendedor do seu povo.

No início, a então capitania de Pernambuco, era a capitania que detinha a maior produção de cana de açúcar da colônia do Brasil, seus engenhos eram responsáveis pela

beneficiação do açúcar, com financiamento holandês, e seu porto natural tinha uma grande movimentação devido a sua proximidade com o continente europeu e também africano, fonte da mão de obra escrava, base da produção estilo “*plantation*”, utilizado na exploração colonial do Mercantilismo.

A alta produtividade da capitania, com dinheiro holandês, somado a União Ibérica e a Revolta Holandesa fez com que a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais enviasse expedições militares para tomar posse do território, tirando-o do poder da coroa Ibérica, e explorá-lo para recuperar os investimentos e expandir os lucros da empresa. As expedições tiveram êxito e instauraram um governo provisório com capital em Recife, que ficou conhecida como Mauritsstad no período, devido ao nome do administrador Maurício de Nassau. Durante a administração holandesa, a liberdade religiosa e o desenvolvimento econômico e infra estrutural foram as marcas do governo de Maurício e a produção açucareira foi intensificado com investimentos maciços da companhia e do próprio administrador do território.

Após a derrota das forças holandesas e, conseqüentemente, a expulsão da Companhia, a mesma levou as experiências com a cana de açúcar para os territórios franceses e ingleses na América Central e no Caribe, que passavam por dificuldades devido à crise do mercado de fumo, principal produto da região e as guerras civil em curso na Grã-Bretanha, proporcionando uma oportunidade dos holandeses se aproximarem da população local sem grandes ameaças (FURTADO, 1959).

Os holandeses notaram os custos de manter as terras de além-mar e trabalharam em parceria com os assentamentos europeus locais, trazendo o *know-how* da produção açucareira ganho na experiência brasileira, além da facilitação de crédito para os colônos para aquisição de material para construção de engenhos e de escravos (FURTADO, 1959).

O movimento feito pela companhia dos Países Baixos gerou a quebra do monopólio açucareiro exercido por Portugal com a produção brasileira. Essa quebra de monopólio teve um impacto muito grande para o nordeste brasileiro, principalmente Pernambuco, que tinha sua economia extremamente dependente da produção açucareira e o comércio de seus derivados.

Ao reduzir-se o efeito dinâmico do estímulo externo, a economia açucareira entra numa etapa de relativa prostração. A rentabilidade do negócio açucareiro se reduz, mas não de forma catastrófica. Os novos preços ainda eram suficientemente altos para que a produção de açúcar continuasse para as Antilhas o magnífico negócio que era. Contudo, no caso brasileiro, passava-se de uma situação altamente favorável - em que a indústria estivera aparentemente capacitada para autofinanciar a duplicação de sua capacidade produtiva em dois anos - para uma outra de rentabilidade relativamente mais baixa. A situação fez-se mais grave no século XVIII, em razão do aumento do preço dos escravos e da emigração da mão-de-obra especializada, determinados pela expansão da produção de ouro. Como a produção de açúcar no Nordeste esteve todo o século XVIII abaixo dos pontos altos alcançados no século anterior, é provável que parte das antigas unidades produtivas se hajam desorganizado em benefício daquelas que apresentavam condições mais favoráveis de terras e transporte. (FURTADO, 1959, p. 69)

Pernambuco perdeu espaço no mercado europeu, também devido à proximidade geográfica ainda maior das Antilhas com o velho continente e ao investimento feito na renovação do mecanismo produtor dos engenhos realizados por meio do aporte financeiro holandês, porém, a atividade canavieira continuava sendo de grande importância para o estado, sendo amplamente reproduzida Zona da Mata e posteriormente no Agreste de Pernambuco, enquanto a dinâmica do litoral começava a se transformar para uma economia mais comercial

2.3. A dinâmica e interligação da economia nacional, regional e local.

O Nordeste como um todo sempre foi um grande produtor de matérias primas e insumos alimentícios, pois na industrialização do Estado Brasileiro, os investimentos e subsídios mais agressivos, privados e principalmente públicos foram destinados ao eixo Sul-Sudeste do país, principalmente pela maior infraestrutura da região se comparada ao Nordeste, (principalmente a malha ferroviária, que é um dos principais meios de escoamento de produção industrial) causando uma manutenção da produção primária na região Nordeste.

Até à década de 50 a industrialização do país foi centralizada, principalmente na região Sudeste, São Paulo mais especificamente, e durante o período, o Nordeste exerceu papel quase que único de fornecedor de matéria prima para indústria paulista e de mão de obra barata para os industriais (OLIVEIRA, 2014).

Esse contexto seguiu, até que na década de 60 surge o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), do economista Celso Furtado, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O primeiro órgão foi

responsável pela confecção de vários diagnósticos acerca da estrutura econômica dos Estados da região, expondo as fragilidades e indicando os aspectos positivos das economias, enquanto o segundo, até hoje, exerce papel de corpo diretivo e coordenação de políticas e projetos econômicos no Nordeste, auxiliando os governos locais a desenvolverem a economia local (OLIVEIRA, 2014).

Com o surgimento dessas duas instituições, o contexto nordestino, aos poucos foi sendo modificado, pois de acordo com os levantamentos realizados pelo GTDN, a SUDENE desenhava novas diretrizes econômicas para os estados da região, primordialmente fomentando o surgimento de indústrias de base, uma espécie de “substituição de importações” da economia regional, tornando-nos um polo mais atrativo para o investimento nacional e internacional. As ações nesse sentido trabalharam, por consequência, numa maior integração do Nordeste com as dinâmicas econômicas do eixo Sul-Sudeste do país, pois aumentou os níveis das trocas entre as regiões, e também ampliou o interesse do Estado Brasileiro no desenvolvimento regional (OLIVEIRA, 2014).

Essas duas instituições criadas no âmbito nordestino, passam a empregar bastante do Nacional-Desenvolvimentismo de Paulo Prebisch e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Prebisch (1949), defende que para que os países subdesenvolvidos – em análise específica: o Brasil – pudessem ser introduzidos no comércio internacional sem serem explorados como produtores exclusivamente de *commodities*, e fortalecerem seus termos de troca nas negociações, os países deviam buscar diversificar e aprimorar suas economias, por meio da criação de indústrias de substituição de importações, com participação direta na economia, restringindo o acesso de produtos estrangeiros ao mercado local para proteger essas indústrias, até que estas fossem competitivas frente a concorrência no cenário internacional.

Seguindo os preceitos da CEPAL, o Estado Brasileiro então ocupou desde então um papel fundamental para o desenvolvimento das economias regionais: ele passou a ser o principal articulador das dinâmicas econômicas dos Estados nordestinos e por consequência, o principal viabilizador da atividade econômica local, em partes, restringindo a iniciativa privada de atuar livremente em alguns setores. Sendo assim, as atividades de exportação não sofriram modificações muito profundas em sua constituição. Os Estados nordestinos continuavam sendo basicamente exportadores de agrícolas, pois

as indústrias eram direcionadas para suprir as carências locais por manufaturados, dificultando a geração de excedente exportável como é corroborado por Guimarães Neto (1989, apud. Oliveira, 2014):

A 'nova indústria' nordestina estava fadada (i) confinar-se em alguns seguimentos produtivos articulados e funcionais ao novo padrão de industrialização nacional, nascido no final da década de 50; (ii) a surgir simultaneamente com a 'atualização' de seguimentos tradicionais, o que implicava num esforço de modernização dos processos de trabalho, de reequipamento ampliação e realocização de indústrias; (iii) a consolidar-se de modo estreitamente vinculado à indústria e ao aparelho produtivo das regiões mais industrializadas, quer pela compra de insumos, quer pela venda do produto e, principalmente, pelo controle extra-regional do capital social (GUIMARÃES NETO, 1989, apud. Oliveira 2014).

Uma das indústrias criadas no contexto do nacional-desenvolvimentismo foi a Acumuladores Moura S.A. conhecida como Baterias Moura, em 1957, que inicialmente surgiu para fornecer acumuladores elétricos pra a indústria automotiva que surgia no sudeste do país. Atualmente figura entre as maiores empresas do Estado, sendo a maior empresa de acumuladores elétricos da América Latina e estando sempre presente na lista de principais produtos exportados por Pernambuco.

Recife, capital do estado, no auge do desenvolvimentismo, ocupava uma posição de destaque, principalmente pelo fato de ter como parte de sua infraestrutura, um porto moderno, permitindo à cidade concentrar as movimentações comerciais da região com o país e com o mundo, dando ao setor terciário do Estado um grande incentivo, desenvolvendo principalmente áreas como logística, imobiliária e comercial varejista. (SINGER 1974, apud OLIVEIRA, 2014).

Todavia, as exportações locais de maior peso sempre eram consequência das safras da fruticultura e da atividade canavieira (plantação de cana e seu beneficiamento até produto final do açúcar), como nos mostra a Tabela 01, que até meados dos anos 2000 a fruticultura e produtos do açúcar eram 4 dos 5 principais produtos de exportação do Estado.

Tabela 1 – Produtos de Exportação de Pernambuco – 2001-2002.

PRODUTOS	2002 (Jan/Dez)			2001 (Jan/Dez)		
	US\$ F.O.B.	Part. (%)	Kg. liquido	US\$ F.O.B.	Part. (%)	Kg. Liquido
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose química	56.989.600	17,82	276.660.000	21.545.400	6,43	101.250.000

Açúcar de cana, em bruto	52.133.486	16,30	308.270.960	113.184.606	33,79	561.819.022
Goiabas, mangas e mangostões, frescos ou secos	22.703.777	7,10	47.087.432	17.478.648	5,22	35.666.650
Canhões eletrônicos p/ tubos catódicos	17.199.183	5,38	127.268	10.368.550	3,10	58.679
Uvas frescas	13.787.604	4,31	10.954.849	8.835.895	2,64	8.147.956
Outras lagostas, congeladas, exceto as inteiras	12.775.987	3,99	502.458	---	---	---
Camarões, inteiros, congelados, exceto "krill"	10.358.725	3,24	2.879.726	---	---	---
Outros camarões congelados, exceto "krill"	9.400.331	2,94	1.761.038	---	---	---
Outras chapas, etc. tereftalato polietileno, e<=40 micr	8.372.535	2,62	3.125.075	7.535.843	2,25	2.854.840
Acetato de vinila	8.058.801	2,52	13.738.124	11.307.131	3,38	16.500.396

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Se compararmos a **Tabela 1** com a **Tabela 2**, veremos a deficiência e dependência do Estado em relação a produtos e insumos manufaturados, semimanufaturados e combustíveis na época descrita em questão, pois dos dez produtos listados, quatro deles são combustíveis, outros 4 são insumos industriais e dois gêneros alimentícios, além de que como mostrado na **Tabela 1**, os itens acabados ou semimanufaturados exportados por Pernambuco possuíam uma participação muito baixa se comparado aos alimentícios da lista

Tabela 2 – Produtos de Importação de Pernambuco – 2001-2002.

PRODUTOS	2002 (Jan/Dez)			2001(Jan/Dez)		
	US\$ F.O.B.	Part. (%)	Kg. liquido	US\$ F.O.B.	Part. (%)	Kg. Liquido
Outros grupos eletrog. para motor diesel, potência>375kva,c	82.308.204	9,75	5.230.224	520.609	0,05	63.264
"Gasoleo" (oleo diesel)	70.430.503	8,34	403.124.344	---	---	---
Trigo (exc.trigo duro ou para semeadura), e trigo	60.483.826	7,16	458.738.667	60.035.556	5,84	488.671.636
Butanos liquefeitos	53.329.459	6,32	255.732.874	103.013.110	10,01	411.435.948
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	43.655.501	5,17	109.470.000	16.554.176	1,61	53.500.000
P-xileno	40.369.527	4,78	102.833.291	29.903.821	2,91	65.790.566
Chapas de ligas aluminio,0.2<e<=0.3m	34.442.636	4,08	10.413.828	65.240.584	6,34	19.057.616

m,l>=1468						
Propano em bruto, liquefeito	30.149.996	3,57	136.910.955	68.129.088	6,62	267.462.008
Malte nao torrado,inteiro ou partido	24.233.967	2,87	95.911.804	4.717.192	0,46	18.323.343
Gas liquefeito de petroleo (glp)	22.645.369	2,68	137.906.344	31.805.238	3,09	143.807.365

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Ainda que com proeminência da produção agrária de Pernambuco, a criação da SUDENE e o trabalho em parceria com o GTDN possibilitaram o princípio de uma modernização industrial nos estados do Nordeste brasileiro, notadamente Ceará, Bahia e Pernambuco, este último concentrando aproximadamente 24% de todos os projetos aprovados pela SUDENE até o ano de 1988.

Mas pouco antes do início da década de 90, em 1989, é escrito e divulgado o Consenso de Washington, um conjunto de medidas de política econômica redigido por economistas de importantes instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O primeiro tem um caráter altamente liberal, principalmente se formos para a máxima do liberalismo de que a economia age como uma mão invisível, regulando o mercado conforme as dinâmicas de oferta-procura.

Os pontos sustentados pelo Consenso de Washington são condensados em 10 recomendações:

1. Disciplina fiscal, em que o Estado deve conciliar seus gastos à arrecadação, estabelecendo um superávit primário e limitando o déficit operacional público em 2%;
2. Focalização dos gastos públicos, redirecionando recursos mais do que economicamente justificáveis com a manutenção da máquina administrativa e subsídios, para setores com maior retorno econômico que favorecem a distribuição de renda, como por exemplo, em educação, saúde e infraestrutura;
3. Reforma fiscal, com ampliação da base sobre a qual incide os tributos, reduzindo alíquotas marginais, ou seja, maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos;
4. Liberalização financeira, eliminando restrições com o objetivo de que uma taxa de juros real e positiva seja determinada pelo mercado;

5. Estabelecer regras para que a taxa de câmbio seja competitiva, por meio da unificação do sistema de câmbio múltiplo, com o objetivo de estimular as exportações;
6. Liberalização do comércio exterior, com redução quantitativa das restrições tarifárias de importação e estímulos à exportação;
7. Eliminação de barreiras ao Investimento Externo Direto (IED);
8. Privatização, com o afastamento do Estado das atividades do setor privado, por meio da venda das empresas estatais;
9. Desregulamentação por meio da redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
10. Garantia jurídica da propriedade intelectual.

Esses pontos são recomendações feitas pelos economistas para promover uma liberalização econômica entre os países, abrindo mercados antes semi ou totalmente fechados, como o brasileiro, por exemplo. A adoção dessas medidas facilitavam o acesso ao crédito para os países que as adotassem enquanto praticamente isolava os que se opunham aos pontos, e como as nações subdesenvolvidas, e leia-se também o Brasil, eram extremamente dependentes do crédito internacional para o autofinanciamento, os países iniciaram a implementação dessas medidas.

O Brasil encontrou dificuldades na manutenção de suas políticas de industrialização, pois o papel de ser a locomotiva ou o principal parceiro do desenvolvimento industrial acabou gerando um endividamento externo e um processo inflacionário galopantes. Segundo colocado por Oliveira (2014):

Um dos agentes centrais da industrialização, o Estado padeceria, a contar da década de 1980, de crescentes dificuldades para expandir e diversificar a economia brasileira. Além disso, a função de planejamento – que norteava as ações indiretas, relacionadas ao desenvolvimento das atividades econômicas - também seria esvaziada. (OLIVEIRA, 2014)

Na década de 1980, a integração do Nordeste então estanca na dependência dos pequenos polos industriais existentes na região até a emergência da recessão estatal, o que impôs ao fomento industrial local uma posição secundária de acordo com as novas diretrizes da economia nacional de combate à inflação e de pagamento à dívida

externa, com significativas reduções em subsídios e investimentos diretos do Estado (OLIVEIRA, 2014)

Como consequência, a década de 90 é marcada pelo esgotamento das políticas do Nacional-Desenvolvimentismo, pois a industrialização por substituição de importações se mostrou incapaz de suprir as demandas locais, que geralmente estava defasada em relação aos produtos comercializados internacionalmente, a comodidade gerada nas indústrias locais, que basicamente detinham monopólios e oligopólios institucionalizados do mercado brasileiro, por isso não existia um investimento em inovação e qualidade, devido à falta de concorrência, os níveis de endividamento do Brasil e a falta de crédito para o prosseguimento das políticas desenvolvimentistas e por fim as novas medidas adotadas devido o Consenso de Washington. De acordo com Cano (2007, apud OLIVEIRA, 2014)

O Estado debilitado em função da conjuntura do decênio de 1980, seria reestruturado conforme os preceitos do Consenso de Washington, do que resultou um processo de 'enxugamento institucional' e de revisão dos padrões de intervenção direta na economia, mediante um questionado processo de privatizações. (CANO, 2007, apud. OLIVEIRA, 2014).

Como consequência da falta de continuidade do processo industrial, o Nordeste se tornou então uma espécie de retrato da desigualdade, com zonas industrializadas e extremamente dinâmicas economicamente, "ilhas" de desenvolvimento no meio de um cenário majoritariamente subdesenvolvido, extremamente vulnerável às sazonalidades climáticas e econômicas e com baixos níveis de desenvolvimento humano. (ARAÚJO, 2000, apud. OLIVEIRA, 2014)

Não obstante ao cenário regional, Pernambuco sofreu o impacto da frenagem de investimentos direto do Estado, reduzindo o aquecimento da economia à uma média de 1,8% a.a. durante 1985 e 2003. (Oliveira, 2014)

Essa retração da economia Pernambucana teve um impacto muito grande na atividade industrial, o que acarretou uma redução da produtividade do setor, o efeito foi intensificado pela abertura de mercado da década de 1990, quando a concorrência internacional teve acesso ao mercado brasileiro, e encontrou uma indústria defasada, com produtos de baixa qualidade, com uma produtividade reduzida e com dificuldades financeiras de investimento. O Valor Adicionado Bruto (VAB),

da indústria pernambucana caiu de 25.4% no ano de 1985 para 16, 7% em 2003 (OLIVEIRA, 2014).

2.4. Inferências sobre a estruturação econômica do Estado

O nacional-desenvolvimentismo foi de suma importância para a constituição da base produtiva do estado de Pernambuco, e segundo Oliveira (2014), o setor de serviços, apesar do crescimento acumulado menor do que o agropecuário, evoluiu de forma a adaptar-se às demandas das novas empresas que chegavam, além das recém-privatizadas e acabou se consolidando no cenário regional, com evoluções subsequentes na sua importância para a economia do Estado.

Com a crise financeira e fiscal em que o Brasil entrou a partir de meados da década de 80, o desenvolvimentismo foi colocado de lado pelas instâncias decisivas do país, prejudicando a industrialização nordestina e principalmente pernambucana, impactando na produção exportadora do Estado.

A análise cronológica de 2001 a 2014 busca entender de que forma o Estado – governo – e o empresariado utilizaram essa estrutura econômica para potencializar a inserção econômica de Pernambuco no contexto brasileiro e mundial principalmente devido as novas dinâmicas atuais da globalização comercial e aos padrões cada vez mais altos de qualidade dos mercados internacionais.

3. A modernização do comércio exterior no estado de Pernambuco e os novos negócios internacionais

3.1. Contexto geral

Na década 70, segundo Lima, Padilha e Sicsú (2007) a indústria de transformação de Pernambuco apresentou uma média de crescimento de 13,1% a.a. principalmente em decorrência da política econômica coordenada conjuntamente entre SUDENE e o governo do estado, porém, passados os anos 70, a superintendência se volta para a descentralização do desenvolvimento industrial, que naquele momento se concentrava em Pernambuco, principalmente no Recife e Região Metropolitana, priorizando os novos grandes projetos da região, como Bahia (Polo Petroquímico de Camaçari), Maranhão (Pólo Mineiro-metalúrgico de São Luís) e Ceará, onde o governo local iniciou uma política de fortes investimentos no setor têxtil do estado.

Essa diminuição relativa da atratividade de Pernambuco, conforme apontam Lima, Padilha e Sicsú (2007) é resultado da baixa agressividade do estado, inicialmente, na guerra fiscal entre os entes federativos, principalmente na Região Nordeste. Pode-se também indicar a falta de investimento infra-estrutural que facilitassem a comunicação do interior do estado com os portos do litoral que eram – e ainda são – os as principais saídas de mercadorias para o exterior.

No início dos anos 90 o Brasil encontrava-se em uma grave crise, fruto da alta instabilidade política, que gerava uma descontinuidade nas políticas econômicas e índices de endividamento nacional crescentes desde a década de 70 devido as políticas de investimentos estatais massivos para o desenvolvimento econômico.

A década de 90 no Brasil é marcada por uma instabilidade econômica, processos de maxi-inflação e para Pernambuco, foi um período de reestruturação econômica, depois de a década de 80 ficar conhecida como "a década perdida" para a economia do país – e de seus estados por consequência – o governo passa a traçar uma retomada do crescimento econômico após o controle da inflação e a adoção do Plano Real, que ajudou a sanear o problema da instabilidade monetária.

Lima, Padilha e Sicsú (2007) apontam que apesar de o período ser de suma importância para a economia nacional, Pernambuco sofreu as consequências da abertura de mercado adotada pelo Brasil na década de 90, devido a adoção do Consenso de

Washington, sendo assim, a sua indústria sucro-alcooleira sofreu com a baixa competitividade, principalmente em decorrência do comodismo gerado pela proteção do mercado por parte do Estado, em comparação com as indústrias que chegavam com maquinário mais moderno e ferramentas de aumento de produtividade, outro ponto em que a indústria Pernambucana deixava a desejar frente às concorrentes estrangeiras ocasionando o fechamento de algumas usinas do estado.

Segundo Oliveira (2014), a estrutura institucional da política brasileira sofria das fragilidades decorrentes da ineficácia dos governos em criar políticas para contenção dos efeitos da crise financeira e fiscal do país, que vinham se agravando desde a década 70, e essa fragilidade impactava negativamente sobre as dinâmicas econômicas do Brasil, principalmente nos anos 80, pois os investidores não enxergavam o país como um ambiente de negócios saudável e seguro, redistribuindo seus capitais por países como Estados Unidos, Reino Unido e França. A tabela 2 ilustra o fluxo de investimentos no Brasil advindos de outros países entre 1980 até 1985, com destaque para a redução dos investimentos estrangeiros em 1984 e 1985:

Tabela 3 – Investimentos estrangeiros no Brasil 1980-1985 (em US\$)

País	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EUA	321.755.000	548.887.000	637.840.000	436.187.000	146.370.000	83.962.000
Canadá	10.774.000	268.518.000	45.397.000	45.125.000	71.818.000	-1.365.000
Reino Unido	8.664.000	49.939.000	11.261.000	61.376.000	171.745.000	20.609.000
Japão	99.040.000	101.890.000	107.100.000	78.110.000	109.484.000	75.192.000
Alemanha Ocidental	251.146.000	373.119.000	153.094.000	258.398.000	12.318.000	10.398.000

Fonte: Banco Central do Brasil / FIRCE / DIVAP, em 31/12/1985

A **Tabela 3** mostra a redução drástica dos investimentos de algumas das principais economias mundiais, que também exibem a desconfiança no ambiente de negócios no Brasil, que a priori era garantido pelo Estado, devido ao papel que este assumiu em sua história de ser o principal elemento financiador do desenvolvimento econômico nacional, logo, com o principal pilar da economia brasileira fraquejando, os investidores se direcionavam para endereços com maior solidez e teórica garantia de retorno. Oliveira (2014) corrobora, colocando da seguinte forma:

Um dos agentes centrais da industrialização, O estado, padeceria, a contar da década de 1980, de crescentes dificuldades para expandir e diversificar a economia brasileira. Além disso, a função de planejamento – que norteava

ações indiretas, relacionadas ao desenvolvimento de atividades econômicas – também seria esvaziada. (OLIVEIRA, 2014)

Essa colocação de Oliveira também traz a decadência das ações da SUDENE. No fim dos anos 80 e início dos 90, as prioridades do Brasil eram em relação à superação das crises financeira e econômica, colocando o desenvolvimento e planejamento econômico regional de lado, “jogando” aos complexos industriais criados anos antes o papel central para o desenvolvimento local. Oliveira coloca da seguinte forma:

Já a partir do decênio de 1980, a integração do Nordeste tornou-se dependente de algumas plantas industriais instaladas em “pólos”, antes de eclodir a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, que relegaria o planejamento regional a uma condição não-prioritária, em um contexto em que a macroeconomia de curto prazo e o combate a inflação e à dívida externa se revelam como “a agenda” pública. (OLIVEIRA, 2014)

3.2. Potencialidades infraestruturais do Estado

Nos anos 80, com o enfraquecimento do regime militar e a abertura gradativa ao comércio internacional, depois de décadas de fechamento e proteção do mercado nacional, o Brasil começa a se movimentar para se integrar as dinâmicas comerciais internacionais, e Pernambuco começa a traçar os planos para inserir o estado nesse novo movimento nacional.

Na mesma década, o estado de Pernambuco inaugurou o megaprojeto portuário de Suape, inicialmente com atividades da Petrobrás no Píer de Granéis Líquidos com a manipulação de álcool. O porto era parte do planejamento do estado de abrir-se ao comércio internacional, sendo pensado como um complexo industrial integrado que facilitasse a logística das indústrias locais no escoamento de sua produção para o restante do mundo, porém, a viabilidade de cargas sólidas só se deu em 1991, oito anos após o início das atividades do porto, com a criação do Cais de Múltiplos Usos que permitia a movimentação e manipulação de containers e granéis sólidos (PORTO DE SUAPE, 2018)

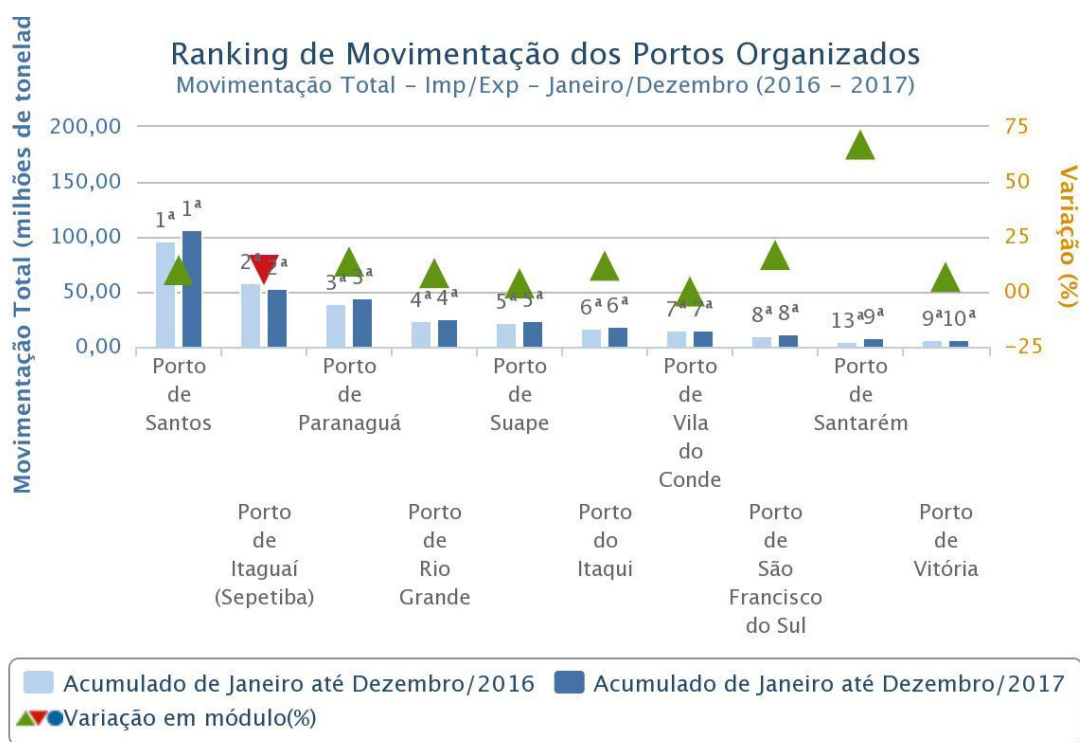
O Porto de Suape é um ponto estratégico para o estado de Pernambuco e às empresas que o utilizam para levar ou trazer mercadorias para o exterior: dois dos grandes mercados mundiais – Estados Unidos e Europa – encontram-se, respectivamente, a sete e nove dias de viagem, além de ter um trâmite burocrático

facilitado pela centralização dos órgãos anuentes em um prédio (PORTO DE SUAPE, 2018).

Com a consolidação da estrutura portuária, a administração do complexo utilizou-a para atrair indústrias e outras empresas dos mais variados setores para o local. Atualmente o porto conta com mais de 75 empreendimentos, nos mais diversos setores, sendo organizado em polos setoriais. (PORTO DE SUAPE, 2018).

O desde sua fundação, o Porto de Suape figura como o principal ponto de entrada e saída de mercadorias para o comércio exterior do estado, além de ser o porto de maior importância no Norte-Nordeste no quesito de movimentação de mercadorias, sendo o 5º maior porto do Brasil, atrás apenas dos portos de Santos, Itaguaí, Paranaguá, e Porto do Rio Grande, como mostrado pelo levantamento da Secretaria Nacional dos Portos:

Figura 1 – Ranking de Movimentação dos Portos Organizados

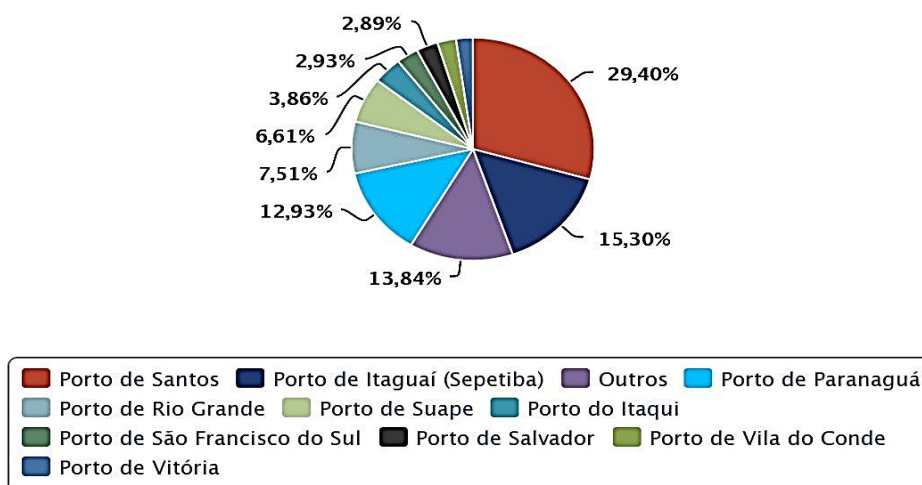


Segundo os dados da Secretaria Nacional dos Portos, entre 2016 e 2017, o Porto de Suape teve um aumento de 3,87% no acumulado de cargas que utilizaram o porto, somando em 2017 23,66 milhões de toneladas.

Na **Figura 2**, podemos observar a participação do Complexo Industrial Portuário de Suape na movimentação de cargas do Brasil em janeiro de 2018, que apesar da queda, continua em evidência a nível nacional.

Figura 2 – Representação da Movimentação

Representação da Movimentação
Movimentação Total – Imp/Exp – Janeiro/Janerio (2018)



É importante destacar esse crescimento e a representatividade do Porto de Suape nacionalmente, pois esse movimento indica o aumento das relações comerciais de Pernambuco com os demais estados brasileiros, mas principalmente com o mercado internacional.

Pernambuco conta também com o Porto do Recife, tradicional porto do estado, sendo utilizado desde o início da colonização pelos portugueses, devido sua proteção natural pelo recife de corais. (PORTO DO RECIFE, 2018)

O Porto do Recife foi o principal ponto de importação e exportação de mercadorias do estado até a criação do Complexo de Suape, que tirou a posição de referência estadual de comércio exterior, porém o porto da capital continua com as atividades, contando com uma área de 114 mil m² destinados à armazenagem de cargas diversas os quais se dividem em armazéns com capacidade para estocar até 60 mil toneladas, aproximadamente, pátios de contêineres de 6 mil TEU's¹ e pátios para cargas diversas com capacidade para 50 mil toneladas de produtos, e além disso, também pode receber e estocar grãos, devido aos silos com capacidade de 25 mil toneladas cada, conferindo ao porto recifense uma importante posição como entreposto logístico, principalmente às empresas que possuem seus centros de distribuição no seu entorno (PORTO DO RECIFE, 2018)

¹ Twenty-foot Equivalent Unit é uma medida usada para mensurar a capacidade de containers de um transporte (avião, navio, trem, etc.), equivale ao volume de um container intermodal padrão de 20 pés (aprox. 39m³).

O litoral do estado conta ainda com um aeroporto internacional, o Aeroporto Internacional dos Guararapes, localizado na Zona Sul da cidade do Recife que apesar de ser um terminal de passageiro na maior parte do tempo, também tem a capacidade de receber aviões de carga, como o Antonov AN-124, de fabricação russa, que é tido como um dos maiores aviões de carga do mundo.

No interior, o estado ainda conta com a presença de um aeroporto e um porto fluvial no Rio São Francisco. O porto exerce uma importante função de concentração de cargas, devido ao aeroporto de Petrolina ser reconhecido nacionalmente como um porto de ótima infraestrutura de cargas, movimentando 10 toneladas diárias de carga, graças à produção vitivinícola da região. O Aeroporto Senador Nilo Coelho tem o maior terminal de cargas resfriadas do Brasil que é composto de dois túneis de resfriamento e seis câmaras frigoríficas com capacidade para dezessete mil caixas cada, atendendo a demanda exportadora de frutas da região do Vale do São Francisco e capacidade de receber cinco aviões de carga simultaneamente (INFRAERO,2018)

Além da infraestrutura descrita, o estado ainda conta com a finalização da construção da Ferrovia Transnordestina, que segundo seu projeto, terá aproximadamente 1750 quilômetros de linha ferroviária, ligando a cidade de Eliseu Martins, no Piauí aos portos de Pecém, no Ceará, e Suape (CSN, 2018).

A Transnordestina irá integrar não só o interior do estado com o Porto de Suape de forma mais rápida e barata que o meio rodoviário, que atualmente é o meio mais utilizado, mas também integrará a economia dos estados, podendo gerar uma complementaridade produtiva dos entes envolvidos no projeto.

Também é destacável a mão-de-obra na prestação de serviços e planejamento relacionado ao Comércio Exterior. Segundo Leonardo Barra Nova, empresário, quando questionado sobre a tecnologia de serviços e a mão-de-obra do comércio exterior em entrevista, respondeu da seguinte forma:

Em termos de qualidade de mão-de-obra e serviço, Pernambuco, na minha opinião, é o estado que mais oferece, de melhores condições de todo o Nordeste. Os serviços em Pernambuco realmente são diferenciados em comparação com qualquer outro estado nordestino, pelo menos. A mão-de-obra em Pernambuco realmente é técnica, é preparada, até pelos "booms" econômicos que ele teve no passado, no passado colonial, passado dos anos 60 e 70 da SUDENE e agora nós temos então uma capacidade técnica muito, muito bem estruturada tanto é que esse tipo de serviço nós exportamos para

os demais estados nordestinos e até Sul-Sudeste do país (BARRA NOVA, Leonardo, 2018).

3.3. A pauta exportadora e o Investimento Direto Estrangeiro em Pernambuco

O estado de Pernambuco, apesar da crise vivida no cenário nacional nos anos 90, abandono do nacional-desenvolvimentismo, esgotamento e suplantação das atividades da SUDENE e menores incentivos da União, conseguiu crescer, segundo apontado por Lima, Padilha e Sicsú (2007) a uma média de 2% entre 1990 e 1999, enquanto a economia nacional acompanhou os 2,5%, porém, analisando dados dos períodos anteriores, como a década de 1980, Pernambuco cresceu a uma taxa de 3,5%, enquanto o Brasil teve uma taxa de apenas 1,6%. Esses dados mostram a importância que a SUDENE e o GTDN de Celso Furtado tinham no planejamento e no desenvolvimento de atividades industriais no estado.

No início dos anos 2000 as condições da economia brasileira voltam a melhorar, segundo indicado por Oliveira (2014) devido principalmente pelo que chama de “Efeito-China”, que indica a busca dos chineses por commodities para abastecimento das cadeias indústrias e produtivas chinesas. Oliveira também destaca a desvalorização cambial à época das eleições de 2002 e a intensificação do comércio da modalidade “Sul-Sul”, no qual o Brasil possuía vantagens produtivas de seus parques industriais em comparação à países como Argentina, Paraguai, África do Sul, o que promoveu a intensificação das exportações do país para o mundo. O pesquisador ressalta em seu trabalho a estabilidade alcançada pelo país, que viabilizou novos investimentos e retomada do controle parcial da economia:

Além disso, manteve-se, em geral, um estrito controle no que diz respeito à gestão dos “fundamentos básicos da economia”, disso resultando um grau de estabilidade que permitiu ao setor público nacional recobrar alguma capacidade de intervenção na economia, por meio, inclusive, de modalidades modernas, como parcerias público-privadas e concessões.

Com isso, verificou-se a retomada dos investimentos públicos e privados, tanto na infraestrutura econômica quanto de caráter produtivo, apoiados pela disseminação de maior volume de crédito público para empresas, mesmo em presença da crise financeira de 2008 (OLIVEIRA, 2014).

No estado de Pernambuco, o governo passa a traçar políticas mais agressivas de investimentos e incentivos fiscais, entrando de forma mais competitiva na guerra fiscal entre os entes federativos, passando a ser um estado mais atraente aos investidores internacionais e as próprias indústrias nacionais.

Os estudiosos Lima, Padilha e Sicsú (2007) destacam também o fator geográfico de Pernambuco como sendo uma vantagem em relação aos outros estados nordestinos, colocando que “pela localização estratégica no Nordeste, Pernambuco tem-se posicionado com vantagens para atrair em centrais de distribuição, afora o esforço de atrair para Suape projetos industriais com mais conexões externas”, e completam “ esse esforço tem tido o suporte de políticas estaduais de incentivos fiscais, na linha da chamada ‘guerra fiscal’ que tem vigorado no Brasil já há algum tempo”

Oliveira segue a linha dos estudiosos Lima, Padilha e Sicsú, ressaltando as mudanças estruturais da economia pernambucana. O autor coloca da seguinte maneira:

Verificou-se, então, a coexistência de atividades tradicionais e atividades modernas. As primeiras, em crise, ao passo que as segundas apresentavam dinamismo relacionado aos mercados internacionais. Ao mesmo tempo, as frações de capital – em especial as de maior porte e de origem extraterritorial – aproveitaram-se da Guerra Fiscal em curso.

O principal órgão que auxilia Pernambuco em sua inserção no Comércio Exterior e na atração de investimento estrangeiro é a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – AD-Diper. A Agência foi criada na década de 1960, porém, com o nome de Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco – Distritos Industriais – Comper-DI, com o objetivo de aquisição e administração de áreas de interesse de indústrias que pretendessem se instalar no estado (AD-DIPER)

Na década de 90, especificamente no ano de 1992, se estabeleceu como AD-Diper, que tem uma atuação forte no estado e principalmente no que tange a concessão de incentivos fiscais para atração e fomento de novos empreendimentos. O programa do governo mais conhecido de concessão e o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (Prodepe), que é idealizado principalmente para indústrias, centrais de distribuição e importadores atacadistas. Segundo as informações no site da agência:

O pacote destina-se a atrair novos investimentos para Pernambuco e manter em seu território aqueles já existentes [...] É um dos programas mais robustos do gênero, pela abrangência e escalonamento de percentuais em função da localização dos empreendimentos, e transparentes, por dar publicidade aos atos através de decretos específicos no Diário Oficial, diferentemente da maioria dos programas mantidos em funcionamento no Brasil pelos governos estaduais. No Prodepe os incentivos só se aplicam a saldos devedores e o tipo de diferimento usado é o intrínseco. (AD-DIPER, 2018).

A Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco acumula também um setor de apoio a exportação. As funções da agência vão desde o planejamento de acesso de mercado à promoção comercial dos produtos em feiras internacionais e apoio às missões empresariais de empresas do estado (AD-DIPER)

Nos últimos anos, com essa estrutura estadual montada, Pernambuco teve um incremento significativo em seu comércio exterior, primeiramente, diversificando sua economia no sentido produtivo, variando sua pauta exportadora e incrementando o setor de serviços do estado e secundariamente, investindo na infraestrutura local para se adaptar aos padrões de exigência do mercado estrangeiro, atraindo assim empresas internacionais de grande porte como a Fiat Chrysler Automobiles (FCA), que se implantou em Goiana, na Mata Norte do estado, a Toyota, que implantou um centro de distribuição no Porto de Suape, na Região Metropolitana do Recife entre outras, além de Mondelez em Vitória de Santo Antão e outros grandes conglomerados que adotaram o estado para implantar uma planta produtiva ou centro de distribuição.

Tabela 4 – Relação e crescimento entre importações e exportações de PE – 2002-2012 (em US\$ F.O.B.)

Ano	Importação	Exportação	Relação exp-imp(%)
2002	844.346.119	319.825.849	≈38%
2012	6.592.345.842	1.319.976.345	≈20%
Crescimento (%)	≈780%	≈412%	-

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

A **Tabela 4** mostra algumas relações interessantes do comércio exterior pernambucano: primeiramente, a relação entre exportações e importações do estado, que num período de tempo relativamente curto desequilibraram consideravelmente, passando de mais de um terço, para aproximadamente um quinto das relações; em segundo, o crescimento do comércio exterior do estado, que no período teve um incremento de 780% nas importações e 412% nas exportações, devido ao aumento do número de empresas atuantes no setor no estado ou que utilizam seus portos e aeroportos como ponto de chegada de produtos básicos para o seu funcionamento.

4. A internacionalização do Comércio no Estado

No Comércio Exterior, a internacionalização das empresas costuma ser analisada em três etapas genéricas: exportação, franquias/escritório de representação e por fim a abertura de plantas produtivas em outros países.

A exportação de um produto ou serviço fruto daquela companhia é a forma mais simples. Esse método exige um engajamento relativamente baixo da empresa, partindo do pressuposto de que o importador que deverá encaixar aquele produto no novo mercado e consolidar a marca, ao mesmo tempo em que a burocracia será menor, pois não há movimentação de fatores de produção entre os países envolvidos.

Na etapa intermediária encontram-se as franquias ou a abertura de escritórios de representação comercial, que exige um pouco mais da participação e engajamento das empresas pela constante manutenção do padrão de serviços/produtos que agradam os clientes.

Por fim têm-se o processo de internacionalização via Investimento Direto Estrangeiro (IDE), que consiste na iniciativa do produtor de atuar no mercado do outro país diretamente, exigindo movimentação financeira para a planta produtora ou escritórios representantes e até mesmo o envio de mão-de-obra qualificada para treinar a aplicação dos métodos praticados pela empresa matriz, além das movimentações corriqueiras dentro da relação matriz-filial.

Esse modelo processual foi desenvolvido na universidade de Uppsala, na Suécia, pelos autores da linha teórica que ficou reconhecida na academia como “Escola de Uppsala”. Os autores de Uppsala desenvolveram essa análise para estudar e identificar um “padrão” na forma em que as empresas suecas baseavam a sua expansão para mercados internacionais, porém, passou-se a utilizar essa análise de forma genérica em processos de internacionalização ao redor do mundo.

A Escola de Uppsala traz também o conceito de “distância psíquica”, que consiste na análise subjetiva da empresa das diferenças estruturais (como educação, infraestrutura e etc.), entre o país sede da firma e o mercado em estudo de expansão, ou seja, as empresas que planejam internacionalizar-se tendem a escolher países onde a distância cultural, educacional, infraestrutural e produtiva seja menor, e conforme têm

êxito nestes mercados, passam a assumir riscos maiores em mercados de maior diferença “comportamental”.

Outra abordagem a ser levada em consideração na análise da internacionalização de empresas, além dos postulados de Uppsala, são os pressupostos do Paradigma Eclético de Dunning (1977), por serem teorias que acabam complementando-se pela multidisciplinaridade envolvida nas duas.

Dunning (1977) considera que a empresa analisa três pontos para viabilizar a sua internacionalização:

1 – Vantagem de Propriedade (*Ownership*): nesse quesito, Dunning alega que a empresa analisa quais suas vantagens em relação aos ativos dos concorrentes e até mesmo às questões organizacionais dentro da própria empresa, ou seja, se a empresa tem a capacidade de trabalhar àquele novo mercado sem comprometer as atividades em funcionamento.

2 – Vantagem de Localização (*Location*): basicamente o processo é de estudar quais as vantagens locais que a empresa possui além da concorrência, seja com fornecimento de matéria-prima, uma mão-de-obra bem qualificada, ou incentivos fiscais que a empresa pode obter de acordo com o lugar a ser escolhido.

3 – Vantagem de Internalização (*Internalization*): é o ponto onde são verificados os prós e contras da internalização daquele mercado às atividades da empresa, e se não seria mais vantajoso trabalhar indiretamente (com agentes representando comercialmente no exterior), naquele novo mercado.

Tomando como base o Paradigma Eclético de Dunning e os princípios da Escola Nórdica de Uppsala, pode-se fazer um paralelo na forma em que as empresas Pernambucanas trabalham no Comércio Exterior e a forma a qual o Estado se apresenta para ser atrativo aos olhos das firmas internacionais para que tragam seus negócios para Pernambuco.

4.1. Pernambuco e o fluxo de investimentos

Posteriormente à todo trabalho de desenvolvimento da estrutura do Estado, conjuntamente com a criação e aplicação de benefícios e incentivos à exportação, Pernambuco desenvolveu uma participação cada vez mais significativa na balança comercial brasileira, passando de 1,18% em 2001 para 1,82% em 2014, evoluindo

aproximadamente 64% na participação na balança comercial brasileira segundo dados oficiais do MDIC, além das políticas desenhadas pelo governo para fomentar a atividade internacional dentro do Estado.

A primeira década dos anos 2000 foi marcada por uma busca constante por investimento, principalmente estrangeiro. Nesse sentido, Pernambuco concentrava grande parte da atividade diplomática no Nordeste do Brasil, e conjuntamente aos consulados, a atuação das câmaras de comércio foi fundamental para os empreendedores do estado que desejavam expandir seus negócios e para as empresas internacionais que visavam o mercado brasileiro.

O papel central das câmaras de comércio é de apresentar aos empresários, tanto locais quanto internacionais, as oportunidades de investimento no país onde está sediada ou o qual representa. Com essa atuação, a presença desses órgãos é fundamental para o desenvolvimento de atividades comerciais internacionais, fazendo o papel intermediário entre empresários interessados em novos mercados e oportunidades de ampliar sua atuação ao redor do mundo.

Essa soma de fatores acarretou também no aumento de participantes no comércio internacional dentro do Estado, além do contínuo empenho do estado em buscar investimentos internacionais, exemplo disso é a entrada de Pernambuco na guerra fiscal pela instalação da montadora da Fiat Chrysler.

A participação do Estado no fenômeno conhecido como “guerra fiscal” foi um dos fatores decisivos para que o grupo Fiat Chrysler se instalasse em Pernambuco. Na intenção de atrair novos negócios, principalmente indústrias para o Estado, o governo estadual regulou, desde 1999, o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (Prodepe), que é um programa de concessão de benefícios fiscais à negócios instalados na unidade federativa.

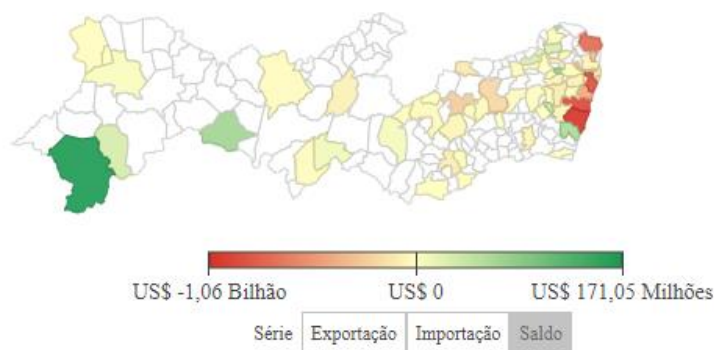
O Prodepe tem um função relacionada à política de desconcentração da atividades econômicas na capital, concedendo incentivos progressivos de acordo com o distanciamento da Região Metropolitana do Recife, sendo colocado em prática como concessão de crédito presumido sobre o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo de 75% para empreendimentos instalados na região metropolitana, 85% para a zona da mata, 90% para o agreste e 95% para os negócios sediados no sertão pernambucano. Também deve ser destacado que somente alguns

setores específicos da indústria podem obter o benefício do Prodepe e também que outros gozam de alíquotas diferenciadas em relação ao estipulado para as respectivas regiões. (Disponível em; <http://www.lai.pe.gov.br/web/ad-diper/perguntas-frequentes>).

4.2. Principais polos do Estado

No Estado de Pernambuco então se consolidaram alguns polos de comércio, nos quais são responsáveis pela dinâmica do Comércio Exterior pernambucano, como mostrado na **Figura 3**:

Figura 3 – Saldo da Balança Comercial de Pernambuco - 2017



*Variações em relação ao mesmo período do ano anterior.

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; disponível em

Como ilustrado pela **Figura 3**, o Comércio Exterior ainda é uma atividade muito concentrada na Região Metropolitana do Recife, mas alguns polos se destacam um pouco fora dessa região, como no caso de Petrolina, Lagoa Grande, Belém de São Francisco e Belo Jardim.

Com fim de entender os movimentos da balança comercial pernambucana, podemos fazer a divisão dos principais polos de Pernambuco, com a finalidade de entender a dinâmica de cada um.

4.2.1. Complexo Industrial-Portuário de Suape

O Porto de Suape representa o principal polo de Comércio Exterior no estado de Pernambuco. Além da estrutura portuária em si, o complexo industrial criado nos arredores do porto auxiliaram o desenvolvimento da atividade industrial no Estado.

O complexo foi responsável pela movimentação de aproximadamente 32,4% das exportações feitas em Pernambuco, em 2017, fazendo-o chegar à posição de 70º em

saída de exportações no Brasil. A pauta exportadora do complexo é formada majoritariamente por derivados do petróleo, tendo chegado a constituir 62% de toda exportação feita pelo Complexo de Suape, cerca de US\$ 324.140.000,00. O segundo produto que mais saiu do Porto de Suape com destino ao exterior foram materiais plásticos, feitos pelas indústria instaladas no complexo industrial-portuário, ocupando 35% da pauta e totalizando cerca de US\$184.020.000,00. (MDIC)

Os principais destinos dos produtos saídos de Suape neste mesmo ano foram respectivamente: Estados Unidos (41% - US\$ 213mi), Países Baixos (15% - US\$ 76mi), Cingapura (11% - US\$ 59mi) e Argentina (11% - US\$ 57mi). (MDIC)

Pelo lado das importações, o complexo foi ponto de chegada para mais de 30% das cargas importadas do Estado. Desse montante, mais de 50% são óleos ou gases derivados do petróleo, enquanto o 3º produto, com 11% das importações do Porto de Suape foram ácidos carboxílicos, utilizados nas indústrias fabricantes de embalagens plásticas sediadas nas instalações do complexo.

4.2.2. Complexo Industrial de Goiana

A cidade de Goiana, último município da RMR ao norte, foi bastante impactada pela chegada de vários empreendimentos de grande porte naquela região nos últimos anos, pois a cidade tinha uma dependência da indústria sucro-alcooleira muito forte. A instalação da fábrica montadora da Fiat Chrysler Automobiles (FCA) foi o mais relevante para os fins desse trabalho.

A FCA é responsável pela mudança de paradigma da cidade e daquela região, que antes vivia das usinas que produziam álcool ou açúcar, tanto que, no ano de 2017 o município de Goiana foi o 1º em exportação no Estado, totalizando US\$740 milhões, desse montante, 99% corresponde à exportação dos carros fabricados na planta da FCA. (MDIC)

Além das exportações, as importações realizadas no município sofreram fortes câmbios após a chegada da multinacional. Em 2017, mais de 70% do ingresso de mercadorias estrangeiras no Estado foram de produtos ligados direta ou indiretamente ao setor automotivo, pois além da própria montadora, existem mais de 16 indústrias instaladas nos entornos da planta principal para suprir as demandas da mesma em esquema *just in time*, de acordo com as especificações da FCA. (MDIC)

O município tem como principais importadores do seus produtos a Argentina (76% - US\$ 566mi), o México (11% - US\$ 84mi) e o Chile (4,7% - US\$ 34mi), enquanto supre sua demanda com produtos vindos da Itália (25% - US\$ 246mi), México (22% - US\$ 216mi), Estados Unidos (19% - US\$ 190mi) e Japão (12% - US\$ 118mi), além de parcelas menores de Suécia, Alemanha, Polônia e outros. (MDIC)

4.2.3. Vale do São Francisco

O Vale do São Francisco, atualmente, figura como o maior polo exportador de frutas do Brasil, contando com o maior aeroporto com estrutura refrigerada do país (Aeroporto Senador Nilo Coelho, em Petrolina) para atender a demanda dos exportadores da região.

São três municípios que se destacam na produção frutífera: Petrolina, Lagoa Grande e Belém de São Francisco sendo todos eles positivos na balança comercial de Pernambuco. (MDIC)

O maior deles, Petrolina, possui um superávit na balança comercial de 171 milhões de dólares no apurado de 2017, enquanto Belém do São Francisco possui um superávit de aproximadamente 28 milhões para o mesmo período e Lagoa Grande fica com 5 milhões.(MDIC)

As três cidades se beneficiam da fruticultura e indústrias derivadas. No Município de Lagoa Grande, por exemplo, 100% das exportações foram de uvas enquanto as importações eram basicamente todas ligadas à produção de vinhos como garrafas, rolhas, barris e os próprios vinhos, aproximadamente 33% das importações locais. (MDIC)

Em Belém de São Francisco, a produção exportadora gira em torno de mangas, abacaxis e frutas diversas que gera 100% do excedente exportado, eu vão para os mercados dos Países Baixos, Espanha e Rússia, principalmente.(MDIC)

Por fim, Petrolina é a maior cidade das três, também tem o maior superávit. A exportação das uvas são a maior parcela da receita, 30% das exportações, enquanto mais 25% são de outras frutas, soja e frutas cítricas vão em seguida, com 18% e 8,2% respectivamente. Além da pauta exportadora de Petrolina ser basicamente 35% adubo ou correlatos, o município também demanda muito de embalagens, mais de 45% de suas importações são embalagens ou matéria prima para confecção das mesmas. (MDIC)

Os principais destinos dos produtos de Petrolina foram os Países Baixos, Reino Unido, Itália e Estados Unidos, tendo sido os Países Baixos o principal, com 46% do total de exportações do município. (MDIC)

4.2.4. Belo Jardim

Em Belo Jardim é notável a atividade da Acumuladores Moura S.A. na balança comercial do município. Os acumuladores elétricos fabricados pela empresa chegaram a ocupar 93% das exportações do município em 2017, enquanto soja e carnes ficaram em 2º e 3º lugar, com 3,6% e 2,3%, respectivamente.

Essa participação massiva também é notável nas importações, quando 78% é chumbo em forma bruta, que serve de matéria-prima para a fabricação de baterias automotivas, pilhas e outros acumuladores elétricos fabricados pela Acumuladores Moura S.A.

A empresa possui, desde 2011 uma filial na Argentina, sendo uma das justificativas pela movimentação tanto de exportação, que chegam aos 80% quanto de importação – 23% das importações de Belo Jardim, porém, México, Equador e Estados Unidos também figuram relevantemente nas importações realizadas no município.

As baterias Moura, além da exportação, possui mais de 80 distribuidores entre os países do Mercosul e fornece baterias automotivas à grandes empresas, como Fiat, Kia, Mercedes, Chery, trazendo reconhecimento e prestígio à empresa, que acaba beneficiando o Estado, com uma empresa reconhecida mundialmente.

5. Conclusão

O Estado de Pernambuco, durante o mercantilismo das grandes navegações, criou desde então as suas sementes no Comércio Exterior, porém, como província/estado dependente da força maior do país, teve seus momentos de fechamento, seguindo os movimentos nacionais. Também como consequência dessa relação, os planejamentos desenvolvimentistas nem sempre deram a visibilidade ou reconhecimento aos estados nordestinos.

Dessa forma criou-se um nível elevado de disparidade entre o desenvolvimento dos estados do eixo Sul-Sudeste em relação aos estados do Nordeste, porém, os períodos em que o Estado Brasileiro permitiu e incentivou o fomento de atividades comerciais/produzidas, o Nordeste, e em análise específica nesse trabalho, Pernambuco, conseguiu desenvolver de forma exponencial novas atividades e gerar os benefícios necessários à população como elevação de índices de educação, aumento da longevidade populacional e o mais importante no caso do Sertão Nordestino: conseguir garantir as condições mínimas para que o sertanejo não precise abandonar a sua terra para não morrer de fome.

Pernambuco soube desenvolver as áreas ligadas ao Comércio Exterior e isso vem auxiliando o Estado a ganhar a atenção dos investidores nacionais e internacionais, assim, com incentivos dos investimentos, Pernambuco deve se abrir cada vez mais ao mundo, diversificando parceiros, buscando novos mercados, tornando a vulnerabilidade e a dependência de atores específicos cada vez menor.

Em razão dos períodos de crise passados no Brasil, Pernambuco buscar sua “independência” pelo Comércio Exterior é mais vantajoso para o Estado, pois o mesmo teria, independente da conjuntura do país, uma fonte de riqueza mais sólida e segura do que esperar o desenvolvimento de novas políticas específicas de “socorro” a cada mandato que muda a preferência dos novos chefes do executivos.

6. Metodologia

O trabalho se baseia numa pesquisa de natureza básica, ex-post-facto, sem uma aplicação prática previsível e com objetivos exploratórios, empregando o levantamento bibliográfico como principal fonte das informações nele contida.

Apresentaram-se nesse trabalho dados coletados de instituições e pessoas especializadas acerca do assunto, como o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a tese de doutorado defendida pelo Prof. Dr. Fábio Lucas Pimentel de Oliveira e demais dados da Federação da Indústria de Pernambuco (FIEPE), e órgãos ligados a administração estadual.

A coleta de dados seguiu um processo de seleção de informações de acordo com os objetivos destacados e a credibilidade dos órgãos elencados. Para a confecção do trabalho, foram realizadas análises quantitativas das séries históricas da desenvoltura econômica do Estado, e o cruzamento de dados relevantes para análise, finalizando com a apresentação das conclusões do autor sobre o tema.

7. Referências Bibliográficas

PRODANOV, Cleber Cristiano. DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acessado em: 07 de mai. de 2018

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 238 p. Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/autores/Furtado,%20Celso/Celso%20Furtado%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Econ%C3%B4mica%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 11 de mai. de 2018.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC. **Balança Comercial Brasileira: Estados**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/balanca-comercial-brasileira-unidades-da-federacao>>. Acesso em: 29 de abril de 2018

OLIVEIRA, Fabio Lucas Pimentel de. **Desenvolvimento Capitalista e Trajetórias Empresariais em Pernambuco**. 2014. 357 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico)- Unicamp, Unicamp, [S.l.], 2014.

DANTAS, Rochelli. **Exportação dispara e cresce 124% no estado**. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/economia/2017/03/14/interna_economia,164824/exportacao-dispara-e-cresce-124-no-estado.shtml>. Acesso em: 09 de jun. de 2017

LIMA, João Policarpo; SICSÚ, Abraham Benzaquem; PADILHA, Maria Fernanda. **Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado**. 2007. 17 p. Artigo científico (Artigo Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. 1. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1062>. Acesso em: 19 de mai. de 2018 42

BACEN. **Investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/Pa%C3%ADsDaEmpresa-Ano-50-85/Htms/PAISES-EMPRESA-ANO-50-85.asp?idpai=INVED>. Acesso em: 29/05/2018.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE. **HISTÓRICO**. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/historico-de-suape>. Acesso em: 29 de mai. de 2018.

SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS. **Movimentação portuária**. Disponível em: <https://webportos.labtrans.ufsc.br/Brasil/Movimentacao> . Acesso em 29 de mai. de 2018

INFRAERO. **Aeroporto de Petrolina Senador Nilo Coelho – Características**. Disponível em: <http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-de-petrolina-senador-nilo-coelho/sobre-o-aeroporto/caracteristicas/>. Acesso em: 29 de mai. de 2018

CSN. **TSLA.** Disponível em: http://www.tlsa.com.br/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=59542&prSv=1. Acesso em: 29 de mai. de 2018

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO. **Histórico.** Disponível em: <http://www.addiper.pe.gov.br/index.php/a-ad-diper/historico/> . Acesso em: 01 de jun. de 18

AGENCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. **Atividades Econômicas.** Disponível em: <http://www.anuario.pe.gov.br/categoria/atividades-economicas>>. Acesso em: 02 de jun. de 2017

AGENCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. **Atividades Econômicas.** Disponível em: <http://www.anuario.pe.gov.br/categoria/atividades-economicas>>. Acesso em: 13 de jun. de 2017

PINTO, Claudia Frias. **A influência de John Dunning na investigação em estratégia e negócios internacionais: Um estudo bibliométrico no Strategic Management Journal.** 2010. 35 p. Artigo Científico (Mestra em Negócios Internacionais)- Instituto 43 Politécnico de Leiria, [S. l], 2010. Disponível em: http://globadvantage.ipleiria.pt/files/2010/02/working_paper-53_globadvantage.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2018

PRATES, Rodolfo Coelho; BALBINOT, Zandra. **Integrando as abordagens de Uppsala e do Paradigma Eclético: um modelo econométrico.** 2010. 14 p. Artigo Científico (Doutorado em Economia Aplicada)- UPS, [S.l.], 2010.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC. **Estatísticas de Comércio Exterior – Municípios: Ipojuca.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio?municipio=2607208>> . Acesso em 26 de nov. de 2018

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC. **Estatísticas de Comércio Exterior – Municípios: Goiana.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipiomunicipio=2606200>>. Acesso em 26 de nov. de 2018

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC. **Estatísticas de Comércio Exterior – Municípios: Petrolina.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipiomunicipio=2611101>>. Acesso em 26 de nov. de 2018

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC. **Estatísticas de Comércio Exterior – Municípios: Belém de São Francisco.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipiomunicipio=2601607>>. Acesso em 26 de nov. de 2018

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC. **Estatísticas de Comércio Exterior – Municípios: Lagoa Grande.** Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipiomunicipio=2608750>>. Acesso em 26 de nov. de 2018

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS - MDIC.
Estatísticas de Comércio Exterior – Municípios: Belo Jardim. Disponível em:
<<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipiomunicipio=2601706>>. Acesso em 26 de nov. de 2018